



1 **Ata da Sessão ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional**
2 **Tocantins – triênio 2016/2018**

3
4
5 **Data:** 18 de maio de 2018 – 14h29min

6 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

7 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 01 e 02, Palmas – TO

8
9 Aos 28 dias do mês de maio de 2018 às 14h29min reuniram-se no Plenário da Ordem dos Advogados do
10 Brasil – Seccional Tocantins os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2016/2018, onde presentes se
11 achavam: **Diretoria:** Walter Ohofugi Júnior – Presidente da OAB/TO, Lucélia Maria Sabino Rodrigues – Vice
12 – Presidente, Célio Henrique Magalhães Rocha – Secretário Geral, Graziela Tavares de Souza Reis –
13 Secretária Geral Adjunta, Luiz Renato de Campos Provenzano – Tesoureiro. **Conselheiros Estaduais:**
14 Alexander Ogwa da Silva Ribeiro, Annete Diane Riveiros Lima, Cláudia Soares Bonfim, Eduardo Nelson
15 Luís Chaves Franco, Elfas Cavalcante Lustosa Araguão Elvas, Elisângela Mesquita Sousa, Fábio Wazilewski,
16 Flaviana Magna de Souza Silva Rocha, Francisco José Sousa Borges, Maria Edilene Monteiro Ramos, Meire
17 Aparecida de Castro Lopes, Seilane Parente Nolasco. **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Andrey de Souza
18 Pereira, Lidiana Pereira Barros Côvalo, Maurílio Pinheiro Câmara Filho e Rita de Cássia Vattimo Rocha.
19 **Conselheiros Federais:** Pedro Donizete Biazotto, Solano Donato Carnot Damacena, José Alves Kita Maciel.
20 **Caixa de Assistência dos Advogados:** André Martins Zaratin - Tesoureiro. **Presidente de Subseção:** José
21 Ferreira Teles. **Ausências justificadas:** Adriana Maia de Oliveira, Agripina Moreira, Antônio César Mello,
22 Carlene Lopes Cirqueira Marinho, Elaine Ayres Barros, Ludimylla Melo Carvalho, Patrícia Pereira Barreto e
23 Priscila Costa Martins. Antes de iniciar a ordem do dia, a Conselheira Meire Aparecida expôs aos colegiado
24 acerca da Comissão composta por conselheiros e advogados, cuja missão é desenvolver e executar projetos
25 com fito de arrecadar doações para a construção do Hospital do Amor em Palmas, que tratará pacientes com
26 câncer. Ato contínuo passou a palavra ao Sr. Leonel – coordenador do Hospital do Câncer de Barretos, para
27 a construção do Hospital do Câncer/Hospital do Amor em Palmas. Expôs o quantitativo de pessoas que são
28 atendidas pelo Hospital de Câncer de Barretos, afirmando que em 2017 o Hospital atendeu 685 (seiscentos
29 e oitenta e cinco) pessoas do Estado do Tocantins. Em seguida, exibiu um vídeo apresentando o trabalho
30 desenvolvido pelo Hospital de Barretos-SP, entidade que nunca almejou lucro e é referência na América
31 Latina. Saliou que o Hospital possui 17 (dezessete) unidades móveis que realizam exames com emissão
32 de diagnóstico prévio. Após o término do vídeo, o Sr. Leonel agradeceu o convite, esclarecendo que a
33 construção do Hospital do Amor em Palmas com área total de 24 (vinte e quatro mil) metros quadrados,
34 contendo 12 (doze) pavilhões, está orçado em R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões). O primeiro



1 pavilhão está coberto. Têm-se a previsão do hospital começar a funcionar em 2 anos e meio, com
2 atendimentos de rádio e quimioterapia. As cirurgias permanecerão sendo realizada em Barretos-SP. Afirmou
3 que é um projeto ambicioso, executado exclusivamente com doações da sociedade e comunidade. Aventou
4 a possibilidade de doação com a dedução no imposto de renda. Esclareceu o procedimento para o
5 contribuinte fazer as doações e posteriormente realizar o abatimento no imposto de renda, sendo possível
6 doar 3% do imposto ao Hospital do Amor. Por fim, convidou os conselheiros a visitarem o canteiro de obras
7 do Hospital localizado na Quadra 1103, ao lado do Hotel Itália. A conselheira Meire Aparecida agradeceu a
8 presença e participação do coordenador. Verificando o quórum legal, e convocando os conselheiros suplentes
9 presentes a tomarem assento, o presidente Walter Ohofugi declarou aberta a sessão ordinária parabenizando
10 os aniversariantes do mês de maio a saber: Solano Donato Carnot Damacena (conselheiro federal) 05/05,
11 Buenã Porto Salgado (conselheiro estadual suplente) 09/05, Rita de Cássia Vattimo Rocha (conselheira
12 estadual suplente) 13/05, Patrícia Pereira Barreto (conselheira estadual) 23/05 e Elfas Cavalcante Lustosa
13 Aragão Elvas (conselheiro estadual) 30/05. Iniciando a pauta, passou-se a apreciação do **Item 01** –
14 Aprovação das atas da sessão ordinária, sessão de julgamento de processos éticos disciplinares e sessão
15 extraordinária do mês de abril. Posta em discussão e votação a matéria, as atas foram aprovadas por
16 unanimidade, sem qualquer ressalva. Passou-se a apreciação do **Item 02** – Homenagem ao advogado Bolivar
17 Camelo Rocha, por ocasião de seu aniversário de 90 (noventa) anos. O secretário Célio Henrique leu a placa
18 de homenagem ao advogado Bolivar Camelo Rocha pelos 90 anos de vida. Ato contínuo os conselheiros e
19 familiares cantaram os parabéns ao homenageado. Em seguida a vice-presidente Lucélia fez uso da palavra,
20 parabenizou o advogado Bolivar, lembrou as lidas da vida forense e sua dedicação como membro honorário
21 do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/TO nesses 12 (doze) anos de exercício contínuo e ininterrupto. Ato
22 contínuo, a secretária adjunta Graziela Reis também fez uso da palavra, parabenizou o homenageado e
23 lembrou o início de sua carreira, em 1998. Ressaltou que sempre foi tratada como muita delicadeza e
24 cordialidade pelo colega Bolivar, sendo exemplo a ser seguido, já que pautou sua carreira na ética e com
25 muita altivez, dedica-se a Ordem em uma trajetória de 12 (doze) anos como membro do Tribunal de Ética. O
26 secretário geral Célio Henrique fez leitura da homenagem encaminhada pela advogada Ivair Diniz. Passou-
27 se a apreciação do **Item 03** – Moção de aplausos à Delegada Maria Haidêe Alves Guimarães Aguiar por
28 ocasião de sua aposentadoria ocorrida em março de 2018. A secretária Graziela Reis explanou a trajetória
29 da homenageada Maria Haidêe como Delegada da Mulher. Em seguida passou a palavra a advogada
30 Emilleny Lázaro – Presidente da Comissão da Mulher Advogada, que cumprimentou os presentes e, em
31 seguida, informou que a iniciativa em homenagear partiu da CMA, em atinência ao trabalho desenvolvido em



1 conjunto com a Delegacia da Mulher. Reportou ao tratamento e assistência dispensada às mulheres na
2 Delegacia da Mulher, da qual a homenageada foi titular por muitos anos, inclusive citou a existência de uma
3 brinquedoteca para atender as crianças que acompanhavam as mulheres em situação de risco. Por fim,
4 agradeceu a parceria e trabalho desenvolvido. Em seguida, a conselheira Annette Riveiros relatou a moção
5 de aplausos à delegada Maria Haidêe, que foi aprovada pelo conselho na sessão realizada em 27/04/18.
6 Citou a trajetória profissional e pessoal da delegada, parabenizando-a pelos trabalhos desenvolvidos no curso
7 de sua carreira. A conselheira Elisângela Mesquita, de forma emocionada, reportou à forma como a delegada
8 conduziu os trabalhos durante sua trajetória. Relembrou um episódio no curso de sua carreira profissional,
9 quando foi ameaçada pelo esposo de uma cliente. Informou que procurou a Delegacia da Mulher e o assunto
10 foi resolvido de forma ágil e eficaz, ressaltando a integridade da delegada Maria Haidêe. A secretária adjunta
11 Graziela Reis leu a placa de homenagem à delegada. Em seguida, a homenageada Maria Haidêe fez uso da
12 palavra, esclarecendo que fez parte dos quadros da OAB, e agora aposentada pretende retornar à advocacia.
13 Agradeceu imensamente os amigos, familiares, colegas de trabalho presentes e de forma muito emocionada
14 agradeceu as homenagens recebidas, se sentindo extremamente honrada em receber essa honraria da
15 Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins. Agradeceu a diretoria da Ordem e as conselheiras
16 Annette Riveiros e Graziela Reis, fazendo um breve histórico de sua vida. Natural de Porto Nacional, formou-
17 se na Universidade Federal do Pará e, ao concluir sua graduação, retornou ao estado e ingressou na carreira
18 de Delegada, após aprovação em concurso público. Encerradas as homenagens, passou-se à sequência da
19 pauta, com a apreciação dos registros e alterações das sociedades de advocacia **Item 04** – Apresentação,
20 discussão e votação do Registro da Sociedade sob a denominação COSTA & MIRANDA – ADVOGADOS
21 ASSOCIADOS. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação
22 nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a pauta
23 passou-se ao **Item 05** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a
24 denominação LUIZ GONZAGA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro
25 Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a
26 matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 06** – Apresentação,
27 discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação BARROS DUARTE –
28 SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer
29 recomendando a aprovação nos termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por
30 unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 07** - Apresentação, discussão e votação do Registro da
31 Sociedade Individual sob a denominação MARCUS VINÍCIUS SCHIMITZ – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE



1 ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos
2 termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação
3 do **Item 08** - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação
4 EVA APARECIDA DE JESUS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco
5 Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos termos do parecer. Colocada a matéria em
6 votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 09** - Apresentação, discussão e
7 votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação RODRIGUES DA SILVA – SOCIEDADE
8 INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando
9 a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-
10 se a apreciação do **Item 10** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a
11 denominação THAISSON AMARAL MONTEIRO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator
12 conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer.
13 Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 11** -
14 Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação WAISLAN
15 KENNEDY SOUZA DE OLIVEIRA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro
16 Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a
17 matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 12**
18 - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação SAMUEL
19 FERREIRA BALDO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges
20 fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação
21 foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 13** - Apresentação, discussão e votação do
22 Registro da Sociedade Individual sob a denominação ALINE RASSI – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
23 ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos
24 termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação
25 do **Item 14** - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade sob a denominação COSTA &
26 FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer
27 recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por
28 unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 15** – Apresentação, discussão e votação
29 do Registro da Sociedade sob a denominação HOLANDA & OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS. O
30 relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos termos do
31 parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao **Item 16** –



1 Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação FERNANDO
2 FIEL – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do
3 parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada
4 por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 17** – Apresentação, discussão e
5 votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação ROGÉRIO MENDONÇA – SOCIEDADE
6 INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando
7 a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-
8 se a apreciação do **Item 18** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a
9 denominação BARBARA HENRYKA LIS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro
10 Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos termos do parecer. Colocada a
11 matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 19** - Apresentação,
12 discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação ALMEIDA FREIRE –
13 SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer
14 recomendando a aprovação nos termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por
15 unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 20** - Apresentação, discussão e votação
16 do Registro da Sociedade Individual sob a denominação FERNANDO ARAÚJO SOCIEDADE INDIVIDUAL
17 DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação
18 nos termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a pauta
19 passou-se a apreciação do **Item 21** - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual
20 sob a denominação CARLA CAMPOS – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro
21 Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a
22 matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 22**
23 - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação MARCOS
24 VINÍCIO FERREIRA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges
25 fez leitura do parecer recomendando a aprovação nos moldes do parecer. Colocada a matéria em votação
26 foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 23** - Apresentação,
27 discussão e votação da Alteração do Registro da Sociedade sob a denominação BROM ADVOGADOS
28 ASSOCIADOS. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a alteração do
29 registro nos termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo
30 a pauta passou-se a apreciação do **Item 24** – Apresentação, discussão e votação da Averbacão no Registro
31 da Sociedade sob a denominação ZINI & AMORIM ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator conselheiro



1 Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a averbação no registro nos termos do parecer.
2 Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação
3 do **Item 25** – Apresentação, discussão e votação da Alteração do Registro da Sociedade sob a denominação
4 PINHEIRO, CÂMARA & DREYER – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator conselheiro Francisco Borges
5 fez leitura do parecer recomendando a alteração do registro nos termos do parecer. Colocada a matéria em
6 votação foi aprovada por unanimidade com abstenção do conselheiro Maurílio Câmara. Passou-se a
7 apreciação do **Item 26** – Apresentação, discussão e votação da Alteração do Registro da Sociedade sob a
8 denominação JOSÉ HENRIQUE FELICIANO DE SOUZA – ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator
9 conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a alteração do registro nos termos do
10 parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 27**
11 – Apresentação, discussão e votação da Alteração do Registro da Sociedade Individual sob a denominação
12 LOYANNA LEÃO VIEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco
13 Borges fez leitura do parecer recomendando a alteração do registro nos termos do parecer. Colocada a
14 matéria em votação foi aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 28** – Apresentação,
15 discussão e votação da Alteração do Registro da Sociedade Individual sob a denominação LEIDIANE
16 GALDINO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do
17 parecer recomendando a alteração do registro nos termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi
18 aprovada por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 29** – Apresentação, discussão e votação da
19 Alteração do Registro da Sociedade Individual sob a denominação AIRES PIMENTA SOCIEDADE
20 INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando
21 a alteração do registro nos termos do parecer. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade.
22 Passou-se a apreciação do **Item 30** – Apresentação, discussão e votação da Alteração do Registro da
23 Sociedade sob a denominação RIBEIRO & PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator conselheiro
24 Francisco Borges fez leitura do parecer recomendando a alteração do registro nos termos do parecer.
25 Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade. A pauta foi invertida com a apreciação do
26 **Item 34** – Apresentação e deliberação do balancete referente ao mês de abril de 2018 da CAATO. O
27 tesoureiro André Zaratín expôs o balancete da Caixa, apresentando as informações em planilhas utilizando-
28 se de um data show. Informou que a receita da Caixa em abril foi de R\$ 125.374,91 (cento e vinte e cinco mil
29 trezentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos). Ressaltou os investimentos realizados no Clube
30 dos Advogados de Araguaína (construção da piscina) e Clube dos Advogados de Palmas. Citou os gastos
31 mensais com folha de pagamento dos funcionários, auxílio maternidade, hotel em trânsito e despesas na



1 manutenção do escritório compartilhado, além das despesas básicas mensais (faturas de água, energia). O
2 tesoureiro André Zaratín informou que a Caixa paga o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) referente
3 a locação do veículo do Sr. Roberto (gerente da Caixa), que utiliza seu próprio veículo para realizar os
4 trabalhos externos da Caixa como Clube. A conselheira Meire Castro questionou ao tesoureiro sobre os
5 valores gastos com combustível. O tesoureiro esclareceu que os gastos estão dentro dos valores orçados,
6 havendo oscilações ocasionais. Por exemplo, citou que o gasto aumenta quando da realização dos jogos da
7 advocacia, já que a Caixa subsidia o combustível aos advogados atletas que residem em uma cidade e vão
8 participar dos jogos realizados em outra localidade. A conselheira Lidiana Barros questionou acerca da
9 vacinação, já que as doses ofertadas foram insuficientes para atender a classe. O tesoureiro informou que as
10 doses foram doadas pelo CONCADE e não há previsão para uma nova remessa, todavia a diretoria da Caixa
11 não se reuniu para deliberar sobre a temática. A conselheira Meire sugeriu que, após o término da
12 apresentação dos balancetes pelo tesoureiro, seja franqueada a palavra para debates e questionamentos, já
13 reivindicando que os gastos excedentes poderiam ser revertidos em prol da aquisição de doses da vacina. O
14 tesoureiro continuou a exposição citando as despesas de manutenção do clube de Palmas, dentre elas a
15 ampliação da casa do caseiro. A vice presidente Lucélia Maria questionou sobre os valores da Caixa
16 direcionados à Subseção de Araguaína, e questionou quais os maiores gastos que oneram as contas da
17 Caixa. O tesoureiro André Zaratín informou que a decisão de fazer investimentos direcionados a Subseção
18 de Araguaína é exclusivo do presidente Marcelo Cordeiro e não da diretoria da Caixa. Informou que estava
19 orçado a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a serem gastos com esporte lazer, todavia essa previsão
20 diminuiu com a transposição de receita, para outras despesas que não estavam orçadas. A conselheira Meire
21 perguntou quanto a Caixa já gastou até o mês de abril com esporte/lazer, ao que o tesoureiro informou que
22 até o mês de abril já foram gastos R\$ 45.931,09 (quarenta e cinco mil novecentos e trinta e um reais e nove
23 centavos). O presidente Walter informou que os valores previstos no orçamento são previsões, que os
24 gestores se esforçam para cumprir. Todavia, classificou como complexo cumprir rigorosamente o orçado.
25 Com relação à possibilidade de extrapolar as despesas orçadas, entendeu cabível desde que haja
26 arrecadação receita superior à prevista no orçamento. Salientou que em razão da estruturação da Ordem,
27 inclusive financeiramente, aumentou o número de atividades prestadas à classe, de sorte que a ampliação
28 da atuação da instituição se reflete no aumento de custos. A conselheira Meire Aparecida considerou
29 inaceitável que até o mês de abril a CAATO já tenha gasto 46% dos valores orçados anualmente com esporte
30 lazer, e acrescentou que os questionamentos são válidos, no sentido de entender a dinâmica dos gastos. O
31 presidente Walter informou que o modelo de gerir com autonomia às comissões oportunizando a execução



1 de várias frentes de trabalho com a realização de palestras, participação de integrantes das comissões em
2 eventos nacionais tem reflexos financeiros. Salientou que a gestão está construindo 03 (três) Subseções
3 (Dianópolis, Tocantinópolis e Colinas do Tocantins), obras que serão inauguradas já mobiliadas. A
4 conselheira Meire Aparecida questionou a contribuição da Caixa de Assistência para a realização do evento
5 “Confraria da Jovem Advocacia”, organizado pelo advogado Zenil. O tesoureiro Zaratín informou que não foi
6 direcionado nenhum valor da Caixa ao evento e tão somente ofertado o Clube para a realização do mesmo.
7 Em continuidade aos questionamentos, a conselheira Meire indagou acerca da utilização da *logo* da Caixa
8 no banner do evento. O tesoureiro da Caixa André Zaratín informou que não existe nenhuma deliberação da
9 diretoria da Caixa para a concessão de patrocínios em eventos particulares, muito menos existe ata de
10 reunião da diretoria autorizando a utilização da *logo* da Caixa em eventos dessa natureza. Esclareceu que foi
11 o Presidente Marcelo Cordeiro quem autorizou a utilização da *logo* da Caixa de Assistência, sem anuência e
12 deliberação com a diretoria. Ato contínuo a conselheira também indagou ao presidente Walter sobre a
13 utilização da *logo* da OAB no banner do respectivo evento. Respondendo a indagação da conselheira o
14 presidente, Walter informou que nem sua pessoa nem os demais da diretoria da Ordem autorizaram a
15 utilização da *logo* da OAB. Informou que ao tomar conhecimento dos fatos, manteve contato telefônico com
16 o advogado Zenil lhe perguntando quem havia autorizado a fazer uso da *logo* da OAB no material publicitário
17 do evento. O advogado informou que Marcelo Cordeiro havia autorizado a utilização das *logos*. Ato contínuo,
18 manteve contato com Marcelo Cordeiro, tendo o mesmo confirmado que de fato autorizou a utilização das
19 *logos* tanto da Caixa quanto da OAB/TO. Ainda esclarecendo, o presidente Walter informou que há uma
20 combinação entre Caixa e Ordem no sentido de colocar em todos os eventos realizados por ambas ou uma
21 delas as *logos* em conjunto. A vice-presidente Lucélia Maria reportou-se ao artigo 44 e Provimento 139/09 do
22 Conselho Federal, que veda a utilização da *logo* da Ordem e Caixa em eventos particulares sem autorização
23 expressa da diretoria. Inclusive fez leitura dos dispositivos legais. Sugeriu a instauração de processo ético
24 disciplinar para apurar as condutas dos profissionais que autorizaram a utilização, e do advogado que
25 organizou referido evento. A conselheira Seilane Nolasco solicitou providências ao conselheiro Fábio
26 Wazilewski – Presidente do TED para instaurar os processos. O presidente Walter informou que foi Marcelo
27 Cordeiro quem autorizou a realização do evento no clube e a utilização da *logo* da Caixa como apoiadora,
28 entendendo inviável a instauração de processo ético em face do advogado que organizou o evento. A
29 conselheira Meire ponderou acerca da combinação quanto à utilização das *logos*, ressaltando que Marcelo
30 Cordeiro não poderia tomar essa decisão sem o conhecimento da diretoria da OAB. A conselheira Seilane
31 Nolasco questionou acerca da existência de contrato firmado entre a Caixa e os organizadores do evento. O



1 tesoureiro da Caixa André Zaratini informou que não tem conhecimento da existência de contrato. A diretoria
2 da OAB também não possui conhecimento acerca de eventual pactuação de contrato. A conselheira Meire
3 propôs o encaminhamento de uma recomendação aos presidentes da CAATO e da OAB/TO, no sentido de
4 não autorizarem a utilização das *logos* sem prévia autorização das diretoria da Ordem e Caixa em eventos
5 que não forem realizados por ambas. A vice-presidente Lucélia Maria solicitou apuração dos fatos com as
6 devidas explicações de Marcelo Cordeiro acerca da autorização das *logos* sem o prévio conhecimento da
7 diretoria já que não foi eleito sozinho, cabendo-lhe gerir a Caixa com a participação dos demais da diretoria.
8 A conselheira Seilane Nolasco propôs o encaminhamento da recomendação e a instauração de processo
9 ético disciplinar, para que, no curso do processo, fosse apurado e explicado o que de fato ocorreu,
10 entendendo que os esclarecimentos não devem ser realizados informalmente. A secretária adjunta Graziela
11 Reis citou as normativas internas da Ordem, salientando que devem ser devidamente cumpridas e não podem
12 jamais serem banalizadas. Citou situações em que a Caixa de Assistência tem nomeado comissões, o que
13 foge totalmente de sua competência, já que essa atribuição é exclusiva da Ordem. O secretário geral Célio
14 Henrique informou que neste momento não há qualquer julgamento acerca da conduta e tão somente uma
15 discussão da instauração ou não de processo ético para apurar os fatos. O conselheiro federal Pedro Biazotto
16 teceu considerações, informando que há previsão e cabimento para a instauração de processo ético, todavia
17 em decorrência do novo modelo de gestão adotado com autonomia aos integrantes, por vezes há conflitos.
18 Reportou-se à prévia combinação dos gestores da Caixa e Ordem de todas as vezes que apoiarem e/ou
19 patrocinarem eventos com a participação de ambas ou uma delas utilizarem as *logos*. Classificou como
20 severa a decisão de instaurar processo ético, sugerindo o aperfeiçoamento do diálogo e alinhamento de
21 regras para, a partir de então, seguirem referidas regras. Quanto às eventuais responsabilidades cíveis,
22 classificou como risco eventual ações reparatórias em face das Instituições Caixa e Ordem, em decorrência
23 da utilização das *logos* na respectiva festa. Sugeriu a definição de regras para então cobrá-las, e
24 eventualmente punir em caso de descumprimento. Registrou que para a realização de eventos dessa
25 natureza é necessária a apresentação de projeto submetido à análise e aprovação. A conselheira Elisângela
26 Mesquita requereu pausa na discussão para uma breve manifestação das representantes da Associação
27 Recomeço, Sras. Deise Rebeca e Regina Gonçalves Cardoso, presentes na reunião para agradecerem as
28 doações de brinquedos às crianças atendidas pela Associação. Aberta a palavra, inicialmente a Sra. Deise
29 fez uso da palavra e agradeceu os conselheiros pelas doações. Ato contínuo, a Sra. Rebeca explanou sobre
30 os trabalhos desenvolvidos com crianças carentes pela Associação Recomeço. Citou casos de crianças que
31 possuem um histórico familiar muito doloroso e o papel da associação, que funciona com auxílio de



1 voluntários, é tentar proporcionar melhor qualidade de vida aos pequenos. A Sra. Deise agradeceu as
2 conselheiras Rita Vattimo, Elisângela Mesquita e o presidente da Ordem Walter Ohofugi pelo apoio. Convidou
3 os conselheiros a participarem dos eventos promovidos pela Associação, citando o mandamento bíblico de
4 amar a Deus e ao próximo sobre todas as coisas. Ao final fez uma oração em agradecimento. Retomando a
5 pauta, a conselheira Meire reportou à manifestação do conselheiro Pedro Biazotto classificando-as como
6 louváveis, todavia enfatizou eventuais responsabilidades cíveis que por ventura venham a recair sobre a
7 Ordem e Caixa em decorrência de figurarem no material publicitário do evento como apoiadoras. O
8 conselheiro Elfas Cavalcante sugeriu a deliberação das normativas e utilização das *logos* pelo conselho, com
9 posterior confecção de nota de esclarecimento evitando novos transtornos. O conselheiro Alexander Ogawa
10 classificou como extremada a instauração do processo ético, todavia questionou ao presidente Walter os
11 motivos do apoio ao evento, já que os organizadores denigrem diretamente a gestão, proferem ataques
12 pessoais aos gestores e conselheiros em redes sociais diariamente e constantemente promovem eventos
13 com apoio da Ordem, utilizando-se de suas instalações. O presidente Walter informou que nesse período os
14 grupos estão surgindo em decorrência da proximidade das eleições, todavia não é possível tolir profissionais
15 em decorrência de suas posições políticas, defendeu uma gestão democrática. O secretário Célio Henrique
16 reportou ao artigo 2º do Provimento 139/2009 fazendo leitura e enfatizando o trecho “prévia autorização da
17 diretoria”. Informou que o presidente da CAATO falou em nome próprio, agindo equivocadamente ao tomar
18 decisão sem anuência da diretoria. Asseverou que a Caixa desrespeitou o Provimento do Conselho Federal
19 quando alterou a sua *logo*, todavia essa medida não causou prejuízo, e tem sido rotineiramente adotada em
20 outros estados. Classificou como extremada a instauração do processo ético. A secretária adjunta Graziela
21 Reis contemporizou as manifestações anteriores entendendo extremada a instauração de processo. Citou o
22 artigo 2º do Provimento 139/09 que prevê a autorização da diretoria, discordou do presidente Walter
23 enfatizando que em muitos casos a diretoria não é ouvida. Classificou como antidemocrático violar as regras
24 anteriormente acordadas e em muitos casos lavradas em atas. Mencionou diversas situações de desrespeito
25 as normativas, a exemplo aprovação do regimento interno das comissões. Registrou que seu posicionamento
26 como membro da diretoria, no sentido de que a utilização dos espaços da Ordem (auditório, plenário, sala de
27 treinamento) deveria cingir-se exclusivamente aos eventos realizados pela Ordem, através das comissões,
28 com a obrigatoriedade da participação da Comissão de Cultura e Eventos na organização e restrição de
29 eventos promovidos por pessoas que não integram a gestão. O conselheiro Pedro Biazotto concordou
30 parcialmente com a manifestação da secretária adjunta Graziela Reis, discordando apenas no tocante a
31 utilização do espaço. Entende que todos os advogados podem utilizar as instalações da Ordem para realizar



1 eventos, desde que apresentem projetos exigindo prévia análise e aprovação. Com relação aos ataques nas
2 redes sociais, classificou como natural, cabendo a gestão assimilar as críticas construtivas. A conselheira
3 Rita Vattimo corroborou com o posicionamento dos conselheiros Pedro Biazotto e Graziela Reis. Citou casos
4 de atropelos na realização dos eventos, sem alinhamento com a Comissão de Eventos. Sugeriu a edição de
5 regras internas, e acaso hajam novas infrações, recomendou a instauração de processo ético. O conselheiro
6 Fábio Wazilewski informou que o Tribunal de Ética tem atuado rigorosamente e sigilosamente em todos os
7 casos que chegam ao seu conhecimento. Entendeu inoportuna a propositura pela instauração de processo
8 ético, asseverando que atualmente o TED tem adotado providências de manter contato com o colega
9 advogado que eventualmente infrinja a ética e, acaso permaneça infringindo instaura-se o processo ético,
10 exemplificou os casos de publicidade indevida. No caso da utilização indevida da *logo*, entende que deve-se
11 manter contato prévio com os colegas apresentando-lhe as normas internas. Salientou que o colegiado é
12 autônomo para instaurar processo, mas compreende que este não seria o caso. Encerrado o debate sobre
13 as proposições: I - Da conselheira Meire Aparecida no sentido de encaminhar recomendação sobre o uso das
14 *logos* da Ordem e Caixa em eventos não realizados por ambas, cuja iniciativa de utilizar as *logos* seja
15 aprovada pela diretoria e não por membros isolados. II - Da conselheira Seilane Nolasco pela instauração de
16 processo ético. O secretário geral Célio Henrique sugeriu o encaminhamento da ata do conselho ao TED para
17 análise e adoção de providências. A conselheira Meire Aparecida registrou que a recomendação refere-se,
18 tão somente, à realização de eventos que não forem promovidos pela OAB e Caixa, cabendo aprovação da
19 diretoria conforme determina o Provimento. O secretário Célio Henrique informou que encaminhará a ata ao
20 TED para deliberar pela instauração ou não do processo ético. A conselheira Meire solicitou submeter ao
21 colegiado para votação as duas proposições. Colocada em votação a recomendação da conselheira Meire,
22 a mesma foi aprovada por unanimidade. Com relação a segunda proposição a conselheira Seilane Nolasco
23 refluíu uma vez que a ata será encaminhada ao TED para análise e eventuais providências quanto aos fatos.
24 O conselheiro Andrey Souza questionou ao tesoureiro Zaratín acerca das previsões de receita, tendo o
25 mesmo esclarecido que atualmente, contrapostas as previsões de receita e despesas, têm-se uma estimativa
26 em torno de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) negativo até o final do ano. Todavia, em decorrência das
27 políticas de arrecadação de receita implantadas pela Ordem, têm-se uma expectativa de fechar o ano com o
28 caixa em torno de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), mediante ampliação da receita originalmente
29 prevista. André Zaratín informou que esse déficit decorre da inadimplência, todavia há previsão de
30 arrecadação da Ordem, aumentando conseqüentemente a arrecadação da Caixa. Esgotados os debates, o
31 conselheiro Andrey Souza e demais membros da Comissão de Orçamentos e Contas recomendaram cumprir



1 o orçamento elaborado e aprovado, especialmente em relação aos valores destinados ao esporte e lazer. O
2 tesoureiro André Zaratín informou que já recomendou a contadora que não faça mais transposição de verba
3 orçamentária, seguindo à risca o orçamento aprovado pelo Conselho. Sugeriu ao Conselho a edição de regras
4 de transposição de orçamentos, já que os orçamentos são realizados anualmente para serem executadas no
5 ano seguinte e, atualmente não há critérios definidos de transposição de verba orçamentária. Anotou que
6 atualmente têm-se realizado muita transposição de orçamento, o que permite a transferência de valores
7 orçados para uma finalidade sendo direcionados para a execução de outra atividade, pois não há nenhuma
8 normativa que impeça. A conselheira Meire indagou ao tesoureiro quais valores houve transposição, tendo o
9 tesoureiro citado exemplos de situações em que ocorreram a transposição. A conselheira Lidiane Barros
10 corroborou o posicionamento do tesoureiro, enfatizando que muito embora as despesas estejam orçadas é
11 necessário verificar a finalidade da Caixa, seu cunho assistencialista, de modo a atender a advocacia citando
12 por exemplo (vacinação, auxílio maternidade, auxílio funeral). Sugeriu que os valores orçados para a finalidade
13 assistencial ora exemplificada não possam ser transpostos para outras atividades. André Zaratín informou
14 que os orçamentos são elaborados de acordo com a perspectiva de arrecadação. Retomando a palavra a
15 conselheira Lidiane Barros recomendou que a Caixa desenvolva atividades voltadas aos advogados. A
16 proposição/sugestão do tesoureiro André Zaratín cinge-se em regulamentar a transposição de recursos. O
17 conselheiro Maurílio Câmara registrou que a Comissão de Orçamentos e Contas fez diversas recomendações
18 à Caixa, as quais não foram consideradas, tampouco cumpridas, fazendo grande investimento no Clube, que
19 não é autossustentável. Classificou como injustos grandes investimentos no Clube, cuja despesa mensal
20 triplicou de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ao passo que não é franqueado
21 ao advogado por exemplo, o fornecimento de busca de publicações nos diários - serviço do Bonnjur. Criticou
22 os direcionamentos dos gastos realizados pela Caixa. Asseverou que muito embora o gestor tenha autonomia
23 para direcionar os gastos que entender pertinente em determinadas situações, todavia os gastos devem ser
24 direcionados ao necessário. A vice-presidente Lucélia Maria citou o exemplo do projeto orçado em R\$
25 60.000,00 (sessenta mil reais) para a implantação da brinquedoteca. Afirmou que o valor orçado está fora
26 dos parâmetros, já que tem conhecimento de empresas privadas que recentemente implantaram brinquedotecas
27 em seus estabelecimentos, com custo em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Recomendou ao tesoureiro
28 André Zaratín atenção em relação aos gastos a fim de evitar que recaia posteriormente responsabilidades
29 aos gestores. A conselheira Elisângela Mesquita corroborou do posicionamento da vice-presidente,
30 requerendo esclarecimentos mais detalhados e adoção de medidas enérgicas por parte do conselho, a fim
31 de cessar o direcionamento dos gastos da Caixa. O presidente Walter informou que participará de uma



1 reunião com a presença de André Zaratini, Adail, Luana para traçarem os gastos, já apontando os itens cujo
2 orçamento extrapolou, para posteriormente apresentar a Marcelo Cordeiro. Afirmou que está se dirigindo ao
3 Conselho Federal para solicitar verba, já que a OAB em decorrência do funcionamento a “pleno vapor” está
4 gerando um custo operacional muito grande. Citou o exemplo das comissões, cujos membros estão
5 participando dos eventos e conferências o que ocasionam gastos com passagens aéreas e estadias. Entende
6 que não é possível engessar a diretoria com a edição de regras de direcionamento de recursos, cabendo ao
7 Conselho e Comissão de Orçamentos recomendar como estão fazendo no momento, com bastante eficiência.
8 O gestor possui discricionariedade para realizar os gastos de acordo com a demanda. O conselheiro Maurílio
9 Câmara registrou que a função do conselho é de recomendar, todavia cabe ao gestor direcionar os gastos
10 para eventos com grande participação da classe. A conselheira Meire sugeriu análise das transposições de
11 valores orçados e elaboração de recomendações sobre a temática a serem apreciadas na sessão do mês de
12 junho. O presidente Walter afirmou que em relação à responsabilização dos ex-gestores, após análise das
13 contas das gestões anteriores não encontrou nada que pudesse levar a uma possível responsabilização.
14 Discordou tão somente da forma como era gerida a receita. As conselheiras Meire e Elisângela se reportaram
15 às normativas que disciplinam sobre a responsabilização dos gestores. Esgotados os debates, o parecer da
16 Comissão foi pela aprovação, com as recomendações que serão entregues ao Presidente da Caixa Marcelo
17 Cordeiro por escrito. Colocada a matéria em votação foi aprovada por unanimidade, nos termos do parecer
18 da comissão. Passou-se a apreciação do **Item 31** – Discussão e deliberação acerca do Regimento da
19 Corregedoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins. A relatora secretária adjunta
20 Graziela Reis discorreu sobre as recomendações feitas pela Corregedoria Nacional, no sentido de dividir o
21 Tribunal de Ética e Disciplina em Câmaras Julgadoras sugestão que não foi acolhida por estar em desacordo
22 com a realidade da OAB/TO, o que se aplica às Seccionais maiores. Informou que será alterado o texto do
23 Regimento neste item com a retirada da divisão do TED em Câmaras. Fez uma breve explanação sobre o
24 teor do Regimento da Corregedoria, enfatizando que o mesmo foi devidamente disponibilizado aos
25 conselheiros por e-mail antes da sessão. Em suas considerações finais, informou que a Corregedoria na
26 Seccional está sendo implantada, sendo imprescindível definir os papéis da Corregedoria, Ouvidoria e
27 Tribunal de Ética. Falou sobre o problema de retenção de autos em carga pelos conselheiros, requerendo a
28 devolução dos processos éticos. O conselheiro Fábio teceu considerações, recomendando a aprovação do
29 Regimento. Submetido a votação, o Regimento da Corregedoria foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo
30 a pauta passou-se a apreciação do **Item 32** – Discussão e deliberação acerca do Regimento Interno do
31 Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/TO. O relator e presidente do TED Fábio Wazilewski, antes de iniciar a



1 exposição, esclareceu que foi formada uma Comissão composta por Membros do TED para a elaboração do
2 Regimento. Após a elaboração o regimento foi submetido ao colegiado, com ampla discussão entre os
3 membros. Fez uma breve exposição do teor do Regimento, enfatizando que o mesmo foi alterado para
4 atender as demandas do Tribunal e adequado ao novo Código de Ética. Ao final se colocou a disposição dos
5 conselheiros para eventuais esclarecimentos, ressaltando que o regimento foi previamente encaminhado ao
6 colegiado para apreciação. Submetido o Regimento Interno do TED/TO a votação, foi aprovado por
7 unanimidade, nos termos propostos pelo relator. Ato contínuo passou-se a apreciação do **Item 33 –**
8 **Apresentação e deliberação do balancete referente ao mês de abril de 2018 da Seccional Tocantins.** O diretor
9 tesoureiro Luiz Renato explanou brevemente sobre as receitas e despesas do mês de abril da OAB/TO e, em
10 seguida franqueou a palavra ao gerente administrativo Adail Saldanha para apresentação dos dados através
11 de gráficos e planilhas utilizando de data show. Inicialmente foi apresentado um gráfico comparativo de receita
12 e despesas dos últimos 11 (onze) anos, e outro gráfico comparativo com a receita e despesas dos últimos
13 dois anos da gestão. A gestão 2016/2018 herdou um débito de R\$ 1.000.050,00 (um milhão e cinquenta reais)
14 de restos a pagar, que foram devidamente assumidos e saldados pela atual gestão. Discriminou as despesas
15 e receitas bem como os investimentos na infraestrutura da Seccional e Subseções. Apresentou um dado
16 estatístico registrando que no início da gestão para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida havia em caixa R\$ 0,09
17 (nove centavos), e atualmente para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida têm em caixa R\$ 3,34 (três reais e trinta
18 e quatro centavos). O presidente Walter enfatizou o crescente gastos com as comissões que atuam em
19 diversas frentes, promovendo eventos e participando de eventos promovidos pelo Conselho Federal.
20 Retomando a palavra o gerente administrativo, considerou normal a transposição de receita enfatizando que
21 o orçamento é uma ferramenta para parametrizar o caminho a ser seguido pelo gestor, todavia, não é possível
22 seguir rigorosamente o orçamento já que é elaborado para ser cumprido no ano subsequente a partir de
23 uma previsão de receita ocorrendo diversas situações, muitas vezes não previstas o que leva o gestor a
24 direcionar os gastos. Registrou que ultrapassou 28% do valor orçado isso ocorreu em razão das obras em
25 andamento nas Subseções de Colinas, Dianópolis e Tocantinópolis, todavia esse cálculo tende a diminuir
26 acreditando que no final do ano o orçamento ultrapassará o percentual de 9%. A conselheira Meire teceu
27 considerações, citando o caso da Caixa de Assistência que orçou para 2018 a quantia de R\$ 100.000,00
28 (cem mil reais) destinados ao esporte lazer e já gastou até a presente data R\$ 45.931,09 (quarenta e cinco
29 mil novecentos e trinta e um reais e nove centavos) cerca de 46%. Retomando a palavra o gerente
30 administrativo afirmou que as medidas adotadas para recuperação de receita (execução, protesto,
31 instauração de processo ético) foram fundamentais, bem como as campanhas de regularização financeira.



1 Atualmente têm-se o percentual de 33,07% de profissionais inadimplentes. Após a exposição o presidente da
2 Comissão de Orçamentos e Contas Maurílio Câmara fez uso da palavra, sugerindo a contratação de uma
3 empresa marketing – call center para auxiliar na recuperação da receita. Ato contínuo, fez leitura do parecer
4 recomendando a aprovação do balancete. Posto em votação, o balancete foi aprovado por unanimidade. Com
5 relação a recuperação de receita, o presidente Walter apresentou ao conselho um, qual seja: trabalhar com
6 bonificação aos servidores envolvidos no processo de recuperação. Informou que 16 (dezesesseis) funcionários
7 da Seccional e Subseções vão integrar a equipe almejando recuperar essa receita e, de acordo com o valor
8 arrecadado, será concedido bônus aos funcionários integrantes da equipe. Na sequência, informou que têm-
9 se uma receita de R\$ 2.892.401,00 (dois milhões oitocentos e noventa e dois mil quatrocentos e um reais)
10 referente a anuidades de profissionais inadimplentes a ser recuperada. Foram traçadas metas fixando a
11 arrecadação nos percentuais de 20%, 30%, 40% e 50% desse valor. Caso a equipe integrada por 16
12 colaboradores recupere 20% do débito será distribuído a título de “remuneração variável” o correspondente
13 a 5% incidente sobre o montante de 20% arrecadado, em torno de R\$ 1.808,00 (um mil oitocentos e oito
14 reais) a cada colaborador. Caso a equipe recupere 30% do débito será distribuído a título de “remuneração
15 variável” o correspondente a 10% incidente sobre o montante de 30% arrecadado, em torno de R\$ 5.423,00
16 (cinco mil quatrocentos e vinte e três reais) a cada colaborador. Se a equipe recuperar 40% do débito será
17 distribuído a título de “remuneração variável” o correspondente a 15% incidente sobre o montante de 40%
18 arrecadado, em torno de R\$ 10.847,00 (dez mil oitocentos e quarenta e sete reais). E se houver arrecadação
19 pela equipe de 50% do débito será distribuído a título de “remuneração variável” o correspondente a 20%
20 incidente sobre o montante de 50% arrecadado, em torno de R\$ 18.078,00 (dezoito mil e setenta e oito reais)
21 a cada colaborador. Caso a equipe consiga arrecadar um percentual superior a 50% do débito, a diretoria
22 analisará a possibilidade de aumentar a remuneração variável. A remuneração do gerente também será
23 analisada pela diretoria após o término da Resolução 003/2018. O gerente Adail informou que a Resolução
24 003/18 foi editada para atender todos os profissionais inadimplentes, todavia a cobrança (encaminhamento
25 de e-mails, mala direta, ligações) será focada nos profissionais que já foram encaminhados ao Tribunal de
26 Ética para instauração de processo ético. A conselheira Flaviana Magna solicitou a revisão da ajuda de custo
27 dispensada aos conselheiros que residem no interior, visto que o valor atualmente custeado de 0,50
28 (cinquenta centavos) por litro está inviável face aos constantes aumentos dos combustíveis. O presidente
29 Walter Ohofugi apresentou proposta de prorrogação do Programa de Regularização regulamentando na
30 Resolução 003/18 para 30/08/18. Submetido o programa de remuneração variável aos funcionários
31 integrantes da equipe de recuperação de receita e a prorrogação da vigência da Resolução 003/18 -Programa



1 de Regularização Financeira, em votação foram aprovados por unanimidade, nos termos propostos. A
2 conselheira Annette Riveiros requereu providências da presidência acerca da campanha publicitária realizada
3 pela Defensoria Pública, entendendo tratar-se de captação de clientela. Ressaltou que as propagandas
4 estando sendo veiculadas na televisão, rádio e mídias publicitárias - redes sociais. Após debates o colegiado,
5 deliberou pelo encaminhamento de ofício ao Defensor Público Geral e designação de reunião para tratar do
6 assunto relacionado a captação de clientela. O conselheiro Maurílio Câmara manifestou favorável a
7 instauração de processo ético disciplinar, por entender que a Defensoria Pública está extrapolando os limites
8 éticos. A conselheira Elisângela defendeu a abertura do diálogo. Ficou acordado que acaso não surta efeito
9 a reunião e encaminhamento de ofício será instaurado processo ético disciplinar. A conselheira Elisângela
10 Mesquita deliberou sobre o modelo adotado pelo Tribunal, com a contratação de conciliadores sem formação
11 em direito. O presidente Walter citou a problemática do Tribunal de Justiça relacionada ao quadro de
12 servidores. Atualmente quase 50% dos servidores que integram o Tribunal de Justiça do Tocantins são
13 comissionados. Ante a essa estatística, o CNJ exigiu que o TJTO se adequasse. A presidência do Tribunal,
14 após reuniões internas apresentou, um projeto de demissão escalonada para cumprir as exigências do CNJ.
15 Nesse momento o Tribunal está realizando as demissões dos conciliadores e contratando profissionais de
16 outras áreas para atuarem nas conciliações, com remuneração por hora trabalhada. O conselheiro Maurílio
17 julgou prejudicada essa iniciativa ante a perda da qualidade dos conciliadores. O presidente informou que os
18 conciliadores fazem curso de formação antes de atuarem. Nada mais havendo, o presidente Walter Ohofugi
19 declarou encerrada a presente sessão as 19h 17min, e determinou a lavratura da presente ata, que vai
20 assinada por mim, Célio Henrique Magalhães Rocha - Secretário Geral, e pelos demais diretores.

21

22

23

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO

24

25

26

27

Lucélia Maria Sabino Rodrigues
Vice-Presidente

28

29

30

31

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário Geral

32

33

34

35

36

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta



1
2
3
4

Luiz Renato de Campos Provenzano
Tesoureiro